DIFICULDADES DOS SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES

BRUNA OLIVEIRA PALIALOGO

RESUMO

O artigo a seguir intitulado de Dificuldades dos surdos nas Escolas Regulares tem como objetivo analisar a situação dos surdos na Escola Regular, quais parâmetros e particularidades eles vivem, além de como é difícil as Escolas Regulares se adaptarem ao conceito de Escola inclusiva de fato, atitudes simples que enriquece muito o desenvolvimento e crescimento dos surdos. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a segunda língua oficial do Brasil e mesmo assim, os profissionais de educação ainda têm muitas dificuldades em se comunicar com os surdos, o mais simples cartaz dentro da escola deve ter sua correspondência em Libras, adaptar os planejamentos e currículos, realmente valorizar e entender a cultura surda como uma cultura extremamente rica e com uma sinergia notadamente inestimável.

Palavras-chave: Escola inclusiva. Problemas dos Surdos na Escola regular. Ensino de surdos.

ABSTRACT

The following article entitled Difficulties of the deaf in regular schools aims to analyze the situation of deaf people in regular schools, what parameters and particularities they live in, as well as how difficult it is for regular schools to adapt to the concept of inclusive school in fact, attitudes simple that greatly enriches the development and growth of the deaf. The Brazilian Sign Language (Libras) is the second official language of Brazil and even so, education professionals still have many difficulties in communicating with the deaf, the simplest poster within the school must have its correspondence in Libras, adapt the plans and curricula, really value and understand deaf culture as an extremely rich culture and with a notably invaluable synergy This meta-paper describes the style to be used in articles.

Keywords: Inclusive school. Deaf people problems in regular school. Teaching the Deaf

INTRODUÇÃO

A Educação de surdos no Brasil sempre se propagou por meio da narrativa de pessoas ouvintes, demonstrando que, raramente, e a pessoa surda é protagonista de sua história. O ensino dos surdos esteve atrelado a metodologias europeias concebidas ao longo dos séculos XV e XVI, onde as características médicas se destacaram, já no século XIX, para Strobel (2006) os surdos brasileiros eram vistos como doentes ou deficientes, rotulados como sujeitos que precisavam ser submetidos a tratamento médico, visando a cura para se aproximar da dita normalidade. Aconteceram algumas tentativas de introdução das pessoas no sistema de escolarização, sempre com um viés filantrópico e assistencialista, cabendo à pessoa surda se adaptar ao status quo, sem considerar suas especificidades. Não havia a preocupação de elaborar propostas pedagógicas em que a pessoa surda tivesse papel

preponderante de agente ativo em seu processo em e de ensino aprendizagem e que se percebesse como protagonista de seu crescimento pessoal e intelectual, deixando o abismo existente ente os surdos e ouvintes ainda maior.

Os primeiros passos para a construção de políticas públicas voltadas às pessoas surdas iniciaram-se no século XIX, com a criação do instituto de SurdosMudos cuja sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, chamado hoje de

Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sua fundação foi em 26 de Setembro de 1857 pelo surdo Ernest Huet, trazido por Dom Pedro II com a intenção de trabalhar com a população surda. Ele era um professor que após contrair o sarampo em sua infância acabou ficando surdo, ele havia tido muito êxito na educação de surdos na França, por esse motivo foi convido por Dom Pedro II, para que a população surda fosse escolarizada com o mesmo método que ocorria na Europa, especificamente na França.

Muitos métodos foram usados na educação de surdos no Brasil, o método combinado de Huet foi bastante usado no século XIX. O método oralista foi muito difundido no Brasil duas as décadas de 1960 a 1970, que como passar do tempo Fo muito criticada, pois não havia possibilidades de troca culturais entre os surdos, a prática da comunicação total difundida nas décadas de 1970 a 1980 misturava as línguas e foi muito criticada pois deu origem ao português sinalizado, o que não contempla a riqueza da Libras, não valoriza e há perda de identidade em seu uso.

O Bilinguismo surge na década de 1990 como uma alternativa mais ampla e completa ao ensino de Libras para surdos como a primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda.

Em 1990 durante a Conferência Mundial de “Educação para Todos”, na Tailândia, discutiu-se a necessidade de políticas públicas que fomentassem o atendimento de um número maior de crianças e a melhoria na qualidade do atendimento efetivo a todas as crianças, aquelas consideradas normais e as com necessidades especiais.

Acompanhando o desenvolvimento, a evolução e as necessidades da comunidade surda de reivindicar seus direitos, a legislação brasileira começou normatizar a Educação Inclusiva, então, implantaram se Leis, na tentativa de garantir, propostas robustas de inserção social e garantias de tratamento com igualdade e equidade. Desta forma, esboçou-se implementação de políticas públicas convergentes à mudança de paradigmas econômicos, políticos e especialmente no que se referem valores individuais dentro da organização social.

A Declaração de Salamanca de 1994 nos dá parâmetros sistemáticos estabelecendo quais são os objetivos de uma educação inclusiva efetiva, visando oferecer as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos, sem distinção.

É notório saber que as mudanças começam e perpassam pela Escola, tendo como fio condutor os profissionais da educação e sua formação. A Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, em seu artigo 4º, faz referência à inserção das pessoas

com necessidades especiais e a formação do docente:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

Os desafios encontrados dentro da Escola regular que afetam diretamente os estudantes surdos são reflexos da sociedade, contudo, isto não é uma verdade absoluta, pois somos seres passíveis de mudanças, e a Educação deve se adaptar aos novos tempos e, consequentemente, a diferentes públicos-alvo, a construção de sentido da diversidade como algo natural e não motivo para a exclusão. Qualquer retrocesso será um desserviço à evolução da sociedade. Segundo Machado (2008, p.78)

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integra tenham a "possibilidade de libertação", é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de sua cultura [...] pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social.

É de vital importância entender e aceitar que a visão de mundo do surdo é uma visão igual à do ouvinte. A curiosidade para aprender e a necessidade interagir são as molas propulsoras para seu desenvolvimento. Possui particularidades para a sua aquisição de língua e cultura, e a cada dia, a comunidade surda no Brasil se mostra rica culturalmente atuante, estabelecendo parâmetros de representação e representatividade.

A integração entre surdos e ouvintes é a ruptura dos estereótipos tão nocivos e pejorativos que estão presentes em nossa vida, essa interação deve ser incentivada e monitorada pela escola, pois como instituição educacional e social, ela forma cidadãos críticos e conhecedores da sua realidade com capacidade de transformar o meio em que vivem e se tornar autores de sua própria história.

O surdo na Escola regular

Ao tratarmos sobre as reais dificuldades dos surdos nas Escolas Regulares, o que nos ampara dentre tantos outros são as legislações que fomentam essa estada, permanência e garantia de equidade. No Decreto n.º 5.622 de 12 de Dezembro de 2005, o ensino de Libras nos cursos superiores é obrigatório, mas na maioria das vezes não é tratada com a seriedade que ela deve ser:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quando analisamos a integração dos estudantes surdos dentro dos muros da escola regular, sua convivência, construção de relacionamentos com os colegas e professores, pode se contatar a riqueza da partilha de experiências e reflexões, ajudam a consolidar um projeto de desenvolvimento da educação inclusiva, e contribuir na construção de uma sociedade mais igualitária e com a cultura de paz que repudia qualquer forma de preconceito e discriminação. O respeito e acolhimento devem ser palavras de ordem na Educação Brasileira, e não há meio de se idealizar uma sociedade com cidadãos empáticos sem a efetiva ação da Escola.

Na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, revela uma grande possibilidade no que diz respeito ao atendimento dos surdos nas escolas regulares:

Lei nº. 10.236, de 24 de abril de 2002.

Art.4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2008, p. 01)

Infelizmente, o que se vê na maioria das escolas regulares é o despreparo e negligência para com as questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem de estudantes surdos. Por vezes, não há uma preocupação com as demandas mais simples, porém importantes, como placas e indicativos, que deveriam também estar em Língua Brasileira de Sinais – Libras, ou com o cardápio diário da merenda, os nomes dos espaços comuns. Há pouca oferta de cursos e Works shops de Libras para a comunidade de surtos e não surdos. Tais ações expandiriam os horizontes dos estudantes surdos e aumentariam as possibilidades de interação social, levando a escolar pública regular mais próxima do real conceito de inclusão. Como diz o texto da Lei nº 10.098 de 2000 que prevê que o Poder Público deve tomar providências no sentido de eliminar barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso á informação, á educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais.

Segundo Souza e Góes (1999), as Leis que normatizam a possível qualidade da Escola inclusiva, tem um grande revés que esbarra no despreparo da formação docente, que vem sendo acompanhados por professores e profissionais que desconhecem a língua de sinais, as condições do bilinguismo e cultura surda, há a urgência da ruptura do pensamento de senso comum, sobre a capacidade de aprender dos surdos que a mesma de qualquer aluno, o que perpassa pelo preparo dos profissionais de ensino e do entendimento de que não é o aluno que vai se adequar a escola, e sim o contrário deve se respeitar as singularidades de cada um.

Lorenzetti (2000/2003) em seu estudo nas escolas de Ensino Fundamental da rede Municipal de Itajaí/Santa Catarina revelou a carência na formação docente, além do despreparo em lidar com o aluno surdo. Muitos dos docentes ainda acreditam que a defasagem da aprendi-

zagem do aluno surdo é exclusivamente pela barreira na comunicação. O que se vê são pensamentos e atitudes que podem levar a marginalização do aluno, o pensamento fixo do não conseguir, antecipar o fracasso. Essas atitudes, mesmo que não intencionais, devem ser combatidas, com a melhoria na formação docente, inserir a cultura surda na cultura escolar, antecipar fracassos não é o caminho que a Escola como instituição que preza a valorização humana, igualdade, mudança no status quo, sucesso, excelência e o mais importante ser cidadão no sentindo ampla da palavra.

Principais problemas dos surdos na Escola Regular

Para que se análise de forma coerente e justa os problemas encontrados pelos estudantes surdos em seu cotidiano dentro de uma unidade escolar, não se pode deixar pensar no que o mundo ouvinte tem acesso. A grande parte das Escolas regulares não possui a postura de inclusão, tratando como uma excepcionalidade, quando na verdade deveria ser habitual. Afinal, estudiosos do assunto afirmam, com propriedade, que todos nós somos especiais, apenas apresentamos diferentes especificidades.

Shaw e Janienson (1997) nos mostram como os discursos reproduzidos em sala de aula contribuem para a manutenção da mentalidade engessada dos discursos familiares, que perpetuam velhos conceitos sociais e culturais, isolando o estudante surdo dentro da sala de aula , pois o professor, que na maioria dos casos não tem formação, não mantém um diálogo direto com o aluno, mas sim, sempre intermediado pelo intérprete, quando há um, que traduz apenas o que é dito e não a afetividade com que é dito, que é de suma importância ao desenvolvimento da criança.

Muito embora professor de estudante surdo e não surdo esteja convivendo no mesmo espaço-tempo, não há garantias de que todos os estudantes recebam a mesma atenção dentro do espaço escolar, pois o aluno surdo é usuário de outra língua, pertencente a outro universo, distante de tudo e de todos. Conhecer a realidade da surdez e a cultura surda é o primeiro passo para que os alunos surdos não sejam apenas meros expectadores de sua história, e sim seres reflexivos, capazes de não viver as margens do aprendizado e consequentemente de suas vidas. É muito comum quando convivemos com os surdos a falta de expectativas que alguns deles tem em seu futuro, é tortuoso pensar que nem sempre os surdos tem expectativas em relação a sua vida, como se ser surdo não correspondesse com a humanidade e identidade pessoal. É função da Escola como instituição social prover meios para que as expectativas e perspectivas sejam idealizadas durante o processo da aprendizagem significativa, mostrando novos caminhos, possibilidades, chances em ter êxito em sua jornada como sujeito ativo de sua história.

A formação docente e o preparo das Escolas para receber todos os alunos, sendo eles ditos normais ou com necessidades especiais devem ser priorizados pelo poder público, pois consiste em formar uma sociedade mais justa e digna. Dignidade essa que remonta ao seu sig-

nificado mais particular de ser humano completo pleno e consciente de seus deveres e direitos. A oferta de cursos, palestras, oficinas, batepapo com a comunidade surda, é um dos caminhos que se deve seguir, a educação inclusiva de fato não é utopia e sim é caminho para mudanças de paradigmas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso e a permanência dos alunos surdos na Escola regular é um desafio da sociedade brasileira. As mudanças vão acontecendo gradativamente e as transformação vão, aos poucos, sendo percebidas dentro das unidades escolares. O poder público é, constantemente, impulsionado pela sociedade civil para promover mudanças e transformações da escolar regular, repensando suas estruturas e diretrizes, capacitando seus profissionais e esclarecendo as famílias. E, no que se refere à comunidade surda, conhecê-la e saber das suas necessidades e mergulhar em sua cultura, é primordial para que se possam elaborar ações de inclusão. A falta de contato com a cultura surda ainda leva uma boa parte da sociedade a ter atitudes preconceituosas. Negar a existência da Língua Brasileira de Sinais, e confundir com gestos sem sentido, leva as crianças e adultos surdos a terem mais dificuldades e problemas de aceitação, desconfiar de sua capacidade, dentre outros sentimentos que não são positivos e nem aceitáveis. Os surdos devem ser tratados como pessoas dotadas de toda a capacidade inerente ao ser humano, sua diversidade e pluralidade são fatores a serem valorizados e conduzidos ao tratamento equitativo de oportunidades e chances para se alcançar o sucesso, e formação integral do cidadão.

Uma Escola efetivamente inclusiva, não é só relevante para os alunos surdos, mas sim, para todos aqueles que necessitam de um olhar empático e compreensão de suas especificidades. Uma escola inclusiva precisa da ação conjunta e responsável de todos os seus profissionais, promovendo assim a formação de cidadãos críticos, solidários e transformadores de sua realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ldben nº 9394, de 20 de dez. 1996. Presidência da república, Casa civil, Brasília, DF, 22 de dez.1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 19 de fev. de 2021. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abr. de 2002. Presidência da república, Casa civil, Brasília, DF, 34 de abr. 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 19 de fev. de 2021.

BRASIL. Lei n.º 5.622, de 22 de dez. de 2005. Presidência da república, Casa civil,

Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm LORENZETTI, M. L. A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v. 18/19, p. 63-69, 2002/2003. Machado, P. C. (2008). A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis, SC: UFSC.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. O ensi-